

Centralidade da periferia no pensamento político de Milton Santos (1964-1977)¹

Maurício Costa de Carvalho² |

Resumo

Esta investigação aborda a ideia de centralidade da periferia como contribuição fundamental do pensamento político do geógrafo e intelectual negro brasileiro Milton Santos. Embora estudos acerca das formações periféricas tenham sido constantes ao longo de sua trajetória, tal ideia de centralidade da periferia – entendida como possibilidade de uma “globalização de baixo para cima” – aparece mais destacadamente apenas no livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” (2000), publicado próximo ao final da vida do autor (2001), podendo ser considerado um marco derradeiro de seu pensamento político. Neste trabalho, temos como objetivo apresentar um mapeamento panorâmico de elementos de gênese, continuidades e descontinuidades da ideia de centralidade da periferia no pensamento político de Santos, especialmente em sua produção sobre urbanização no Terceiro Mundo realizada entre 1964 e 1977, seu período de exílio. Partimos da hipótese de que esta proposta de subversão da lógica entre centro e periferia contida na ideia de centralidade da periferia teve seu alicerce construído a partir de seus estudos sobre urbanização do Terceiro Mundo, ainda no exílio. Parte fundamental deste trabalho está sendo empreendida por meio do método de análise documental de arquivos que compõem o Fundo Milton Santos sediado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: Milton Santos, Urbanismo, Pensamento brasileiro, Periferia, Globalização.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

² Doutorando em Ciência Política no Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail para contato: mauriciocostacarvalho@gmail.com

Abstract

This investigation explores the concept of the centrality of the periphery as a fundamental contribution to the political thought of Brazilian geographer and black intellectual Milton Santos. Although studies on peripheral formations have been a constant theme throughout his career, the idea of the centrality of the periphery – understood as the possibility of “bottom-up globalization” – becomes more prominent in his book “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” (2000), published towards the end of his life (2001), marking a conclusive milestone in his political thought. This work aims to provide a panoramic overview of the genesis, continuities, and discontinuities of the idea of the centrality of the periphery in Santos’ political thought, particularly in his studies on urbanization in the Third World conducted between 1964 and 1977, during his period of exile. We hypothesize that this proposition to challenge the established logic between the center and periphery, encapsulated in the idea of the centrality of the periphery, was rooted in his studies on Third World urbanization during his exile. A crucial aspect of this research involves employing the method of document analysis from the files within the Milton Santos Fund, housed at the Institute of Brazilian Studies at the University of São Paulo.

Keywords: Milton Santos, Urbanism, Brazilian thought, Periphery, Globalization.

1. Introdução

Este trabalho faz parte de uma investigação sobre o pensamento político do geógrafo brasileiro Milton Santos, falecido em 2001. Tomamos como fio condutor a ideia de centralidade da periferia como sua contribuição distintiva para o pensamento político brasileiro.

Nascido em 1926, em Brotas de Macaúbas, interior da Bahia, Milton Almeida dos Santos foi um destacado intelectual negro cujo legado é composto por uma vasta obra acadêmica que abrange 40 livros, cerca de 380 artigos em periódicos científicos, artigos e trabalhos de editoria jornalística, entrevistas, prefácios, apresentações, entre outras publicações. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Santos foi, ainda, professor do ensino básico, correspondente e editor do jornal *A Tarde*, de Salvador, onde publicou mais de uma centena de artigos. Também contribuiu como articulista e colunista para outros veículos da grande imprensa, como *Folha de S. Paulo* e *Correio Brasiliense*. Ocupou cargos públicos e administrativos de grande relevância, sendo diretor da Imprensa Oficial da Bahia (1959-1961), Chefe da Casa Civil da Presidência da República no Estado da Bahia (1961), Presidente da Fundação Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia (1962-1964), membro da Comissão Especial eleita pela Assembleia Constituinte do Estado da Bahia, encarregada de redigir um anteprojeto de Constituição Estadual (1989). Como professor e pesquisador, lecionou em universidades da França, dos Estados Unidos, Canadá, Peru, Venezuela e Tanzânia, além de brasileiras. Nestes países, também exerceu outras atividades políticas e acadêmicas, tendo sido, entre elas, Consultor das Nações Unidas, OIT, OEA e UNESCO e dos governos da Argélia e Guiné-Bissau. Milton Santos teve papel destacado na história do pensamento brasileiro, promovendo um intenso diálogo entre seu campo disciplinar, a Geografia, outras ciências sociais e também com a Física e a Filosofia, discutindo e incorporando elementos das principais correntes intelectuais do século XX. As ideias políticas presentes em sua geografia, marcada pelos seus estudos da urbanização, do subdesenvolvimento, da globalização e do território brasileiro, ainda são um campo amplo a ser explorado pelas pesquisas universitárias.

Embora estudos abordando as periferias tenham sido constantes ao longo da trajetória de Milton Santos - especialmente aqueles dedicados à urbanização no Terceiro Mundo -, a proposta de *centralidade da periferia* aparece de maneira mais destacada apenas no livro de Santos intitulado *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (SANTOS, 2000), sendo um tópico fundamental de seu último capítulo, denominado *Transição em marcha*. Esta parte do escrito funciona como uma espécie de conclusão, onde os temas apresentados abordam, segundo o autor, “manifestações pouco estudadas do *país de baixo*, desde a cultura até a política, raciocínio que se aplica também à própria periferia do sistema capitalista mundial, cuja centralidade apresentamos como um *novo fator dinâmico da história*”¹ (idem, p. 15).

Por uma outra globalização foi publicado pela primeira vez em 2000, próximo ao final da vida do autor. Por suas características distintas do conjunto da obra de Santos², especialmente no que se refere à linguagem, pode ser entendido como uma espécie de testamento político ou a consolidação do que o próprio geógrafo considera, em entrevista concedida no ano de lançamento daquela publicação, uma *ruptura* que já estava em curso em sua trajetória. Refletindo sobre seu

1 Grifos nossos

2 Sobre “Por uma outra globalização”, Santos alerta, logo no prefácio: “Diferentemente de outros livros nossos, o leitor não encontrará aqui listagens copiosas de citações. Tais livros enfocavam questões da sociedade, verdadeiras teses, isto é, demonstrações sustentadas e ambiciosas, dirigidas sobretudo à seara acadêmica, levando, por isso, o autor a fazer, ao pequeno mundo dos colegas, a concessão das bibliografias copiosas. Todo mundo sabe que esta se tornou quase uma obrigação de *scholarship*, já que a academia gosta muito de citações, quantas vezes ociosas e até mesmo ridículas. Sem dúvida, este livro também se dirige a estudiosos, mas sobretudo deseja alcançar o vasto mundo, o que dispensa a obrigação cerimonial das referências. Não quer isso dizer que o autor imagine haver sozinho redescoberto a roda; sua experiência em diferentes momentos do século e em diversos países e continentes é também a experiência dos outros a quem leu ou escutou. Mas a originalidade é a interpretação ou a ênfase própria, a forma individual de combinar o que existe e o que é vislumbrado: a própria definição do que constitui uma ideia.” (2000, p.11)

profícuo e profundo percurso acadêmico, Santos chegaria à conclusão de que a atividade acadêmica deveria ser “o intróito indispensável à produção do discurso político”, tendo que se tornar “algo que se refira à realidade, mas que também possa ser trabalhada por outros, contribuir para a elaboração de um discurso político” (SANTOS et al., 2001, p. 111).

Juntos, *Por uma outra globalização* e *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI* - livro publicado em 2001 no qual, em parceria com Maria Laura Silveira, Milton Santos buscava traduzir suas elaborações em uma interpretação geográfica do Brasil periférico da globalização - representam os esforços do autor para construir sínteses de um longo percurso de sua obra, cuja indissociabilidade entre a ação política e o conteúdo de sua produção acadêmica nos parece evidente, ainda que ele próprio sublinhe a ideia de que nem sempre a mobilização de sua elaboração acadêmica no sentido da intervenção política tenha tido a intensidade da fase final de sua produção (Cf. SANTOS, et al., 2001, p. 111-116). De todo modo, especialmente a partir de seu exílio em 1964, sua produção acadêmica dialoga intensamente com os debates políticos das décadas de 1960 e 1970, sobretudo a respeito do subdesenvolvimento. Investigando a urbanização nos países de Terceiro Mundo, pôs em relevo a necessidade de se pensar as relações de dependência e marginalidade por meio da geografia e do espaço e, a partir dessa chave, construiu sua posição no pensamento político brasileiro.

Neste artigo, partimos de duas hipóteses. Na primeira, entendemos que a ideia de centralidade da periferia, apresentada apenas em 2000, expressa o núcleo central de sua abordagem sobre a globalização, tendo como alicerce justamente a defesa desta posição que se construiu, ainda no período de exílio, principalmente por meio de seus estudos sobre a urbanização no Terceiro Mundo, como alternativa às teorias da dependência e do subdesenvolvimento que tinham grande destaque no pensamento crítico da época. Em segundo lugar, inferimos que a teoria sobre a globalização de Santos continha uma interpretação original sobre o Brasil, construída a partir da centralidade da periferia. Assim, abordando também a problemática da dependência e do subdesenvolvimento, nosso objetivo é mapear elementos de gênese, continuidades e descontinuidades desta ideia no pensamento político do autor, especialmente em sua produção sobre urbanização no Terceiro Mundo realizada entre 1964 e 1977, seu período de exílio.

Esta nossa investigação insere-se em um amplo campo de pesquisa sobre Milton Santos, onde, ainda com um predomínio evidente de trabalhos no campo disciplinar da Geografia, há um debate fértil e permanente nas mais diversas áreas do conhecimento, em múltiplas nacionalidades. Isso nos permite, não obstante a intensa produção do próprio autor, nos apoiar também em uma bibliografia diversa e rica de comentadores, de tal modo que esta pesquisa é parte também do estudo da contribuição de Milton Santos como um intérprete do pensamento político brasileiro e da globalização. Em outro sentido, entendemos também que os assuntos tratados aqui podem contribuir para os fundamentais e cada vez mais volumosos esforços de se elaborar a respeito do pensamento negro do e no Brasil, enfrentando a posição de segundo plano analítico e invisibilidade à qual frequentemente muitos intelectuais negros e, não raro, Milton Santos têm sido relegados. Reconstruir a memória política de um intelectual como Santos é também um gesto político e afirmação da memória da negritude, dos subalternos e da periferia.

Parte fundamental deste trabalho está sendo empreendida por meio de análise documental de arquivos que compõem o Fundo Milton Santos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo. Organizamos a nossa pesquisa em duas etapas. A primeira parte da identificação do corpo bibliográfico de base relacionado ao tema da centralidade da periferia na obra de Milton Santos, partindo da periodização estabelecida (1964-1977). Este mapeamento inicial está associado à organização de um inventário da produção do autor do período e, a partir da interrogação daquela literatura, discutir a viabilidade da hipótese de pesquisa, em especial a ideia de que há uma conexão original e política entre a ideia de centralidade da periferia e os estudos sobre a urbanização no Terceiro Mundo realizados durante o exílio.

Feita a seleção, leitura e análise das publicações daquele período, a segunda etapa consiste na identificação, no acervo do IEB, dos documentos produzidos e utilizados pelo autor no período, sua seleção, codificação e análise. Há um importante trabalho de prospecção a fazer nos documentos e materiais que compõem o acervo, formado principalmente pela biblioteca pessoal de Milton Santos, alguns materiais tridimensionais e os documentos presentes no Fundo, estimado pelo IEB em 60 mil itens, sendo o maior arquivo depositado no instituto.

Além do volume notável, é um arquivo bastante complexo também por sua diversidade, tendo uma parte considerável do material ainda não processado. Infere-se que o período de Milton Santos no exílio é justamente aquele para o qual há o menor número de registros em seu arquivo pessoal, se comparado aos demais. Possivelmente por conta do “périple” enfrentado pelo geógrafo buscando estabelecer uma rede de cooperação envolvendo a grande diversidade de países onde residiu, trabalhos temporários e, muitas vezes, mudanças não planejadas (PEDROSA, 2018, p. 434). Contudo, há também expressivos registros de cartas, manuscritos, notas de leitura, recortes de jornal e notas de pesquisas de campo (Cf. GRIMM, 2011a, 2011b; PEDROSA, 2018) daquele período que têm grande valor para a nossa pesquisa. Buscando “etnografar os documentos” (Cf. SORÁ, 2015), pretendemos evidenciar, para além dos debates teóricos, o problema de pesquisa presente na identificação de suas redes de cooperação intelectual, buscando também compreender como a dinâmica centro-periferia foi experimentada por Santos na sua relação com interlocutores.

No espaço deste artigo, dividimos nossa apresentação em três apontamentos. Em primeiro lugar, um panorama sobre a ideia de centralidade da periferia na obra de Milton Santos em diálogo com o debate sobre o *devir* da Globalização. Em um segundo momento, abordamos os pontos nevrálgicos dos estudos do geógrafo sobre a urbanização no Terceiro Mundo, buscando conectar sua teoria sobre *os dois circuitos da economia urbana* à sua visão sobre as formações periféricas como *totalidade em movimento*. Neste caminho, apresentamos um terceiro e último ponto discutindo a elaboração da categoria *formação socioespacial*, marco importante do aprofundamento de seus debates com a economia política e desdobramento de suas pesquisas teóricas e empíricas em países da periferia capitalista.

2. O devir de uma Outra Globalização: a Centralidade da Periferia

Centralidade da periferia é o título de uma seção do sexto e último capítulo do livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (SANTOS, 2000). Chamado de “Transição em Marcha”, tal capítulo tem um caráter prospectivo que o diferencia dos demais do livro. Nele, Milton Santos explora as perspectivas de uma *outra globalização*, diferente daquela que trabalhava nos capítulos e múltiplas produções anteriores³, nas quais buscava desvendar a realidade que se apresentava como um verdadeiro paradigma daquele início de século. Para o geógrafo, as próprias contradições do processo de globalização permitiriam uma transição que, como alerta no início do capítulo, ainda não seria possível ser verificada, dado que as sementes de gestação do novo “começam a se impor quando ainda o velho é qualitativamente dominante”, de maneira “quase imperceptível aos contemporâneos”

3 Entre outras produções que abordam a globalização ou suas origens na obra de Milton Santos, podemos destacar: *Por uma geografia nova* (1978), *A Geografia e a nova dimensão do planeta* (1984), *Nuevo orden internacional y reorganización espacial* ([1986]1988), *O período técnico-científico e os estudos geográficos* ([1985] 1990), *Flexibilidade tropical* (1991), *A aceleração contemporânea: tempo, mundo e espaço mundo* ([1992] 1993), *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional* (1994), *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção* (1996), *Por uma epistemologia cidadã: por uma epistemologia da existência* (1996), *Da política dos Estados à política das empresas* (1997).

(Ibid, p. 143). Santos se coloca no lugar de desbravar o que virtualmente quase não poderia ser percebido, tentando sugerir tendências a partir do que considerava também um novo período crítico. Tais tendências, emergentes das fissuras daquele período, apontavam, segundo o autor, para um novo período histórico. Descrevendo as bases do que chamou de *período demográfico ou popular*, Milton Santos buscava apontar que estavam presentes os germes de uma virada histórica.

Entre as condições empíricas para essa mudança estariam aquelas que já configuravam um mundo repleto de migrações políticas ou econômicas, as tendências ao aumento das grandes aglomerações populacionais e da urbanização concentrada, além da ampliação das relações intercontinentais e intranacionais dos povos. Tais fatores combinados impulsionaram em Santos a suposição de que aquele processo de início de século, que se iniciara em meados do século XX, levaria a “uma verdadeira colorização do Norte, à ‘informalização’ de parte de sua economia e de suas relações sociais e à generalização de certo esquema dual presente nos países subdesenvolvidos do Sul e agora ainda mais evidente” (Ibid, p. 146). Nesse contexto, reforçariam-se elementos duais (mas não dualistas, como ressalta) na sociedade, na economia urbana, na divisão do trabalho e de acumulação, onde as formas edificadas “por cima” ou “por baixo” seriam distintas, mas estariam associadas.

A divisão do trabalho por cima é um campo de maior velocidade. Nela, a rigidez das normas econômicas (privadas e públicas) impede a política. Por baixo há maior dinamismo intrínseco, maior movimento espontâneo, mais encontros gratuitos, maior complexidade, mais riqueza (a riqueza e o movimento dos homens lentos), mais combinações. Produz-se uma nova centralidade do social, segundo a fórmula sugerida por Ana Clara Torres Ribeiro, o que constitui, também, uma nova base para a afirmação do reino da política (Ibid, p. 146, 147, grifo nosso).

Partindo da análise, que marca o conjunto de sua obra, sobre a inseparabilidade entre o estado das técnicas e o estado da política como determinantes para entender o processo histórico, Santos elabora a ideia de que a globalização atual não seria irreversível - como teses apresentadas naquele contexto poderiam sugerir. Isso se deve justamente à possibilidade dada pelas próprias condições técnicas, suas condições críticas e à nova consciência deste período de “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (Ibid, p. 23) - de emergência de um *período popular* onde a *centralidade do social* fosse produzida, bem como uma nova política.

As brutais distorções provocadas pelo que chama de “prevalência do dinheiro em estado puro como motor primeiro e último das ações” (Ibid, p. 147) na globalização seriam baseadas justamente em considerar o elemento humano como residual, assim como o seriam também a solidariedade social, o território e o Estado-nação. Pensando na agência dos pobres ou dos “de baixo” na globalização, Santos infere que esse “abandono” seria o motor da superação da atual paisagem social, conduzindo não só a novas relações internas nos países, mas também a novas relações internacionais, tendo como norte para o comportamento dos estados não mais a pressão por serem potências, e sim as grandes possibilidades dos mercados internos.

Tendo o elemento espacial no centro de sua análise, para Santos, a ideia de irreversibilidade da globalização propagada como “fábula” naqueles anos de força do neoliberalismo, de discursos de fim da história e de consensos capitalistas teria também, fundamentalmente, a ver com a perspectiva dos países centrais - chamados por ele à época de “tríade” composta por Europa, EUA e Japão - de que a história sempre seria feita de acordo com seus interesses. Ou seja, a ideia de “aldeia global” tratar-se-ia de uma imposição de cima para baixo e não se sustentaria.

Em diálogo com a perspectiva debatida por Samuel Pinheiro Guimarães (1999) sobre o terceiro-mundismo das décadas de 1950-60, graças às contradições da globalização alicerçadas nas condições de carência e ingovernabilidade internas de cada país e desvendadas de maneira desigual pelos países subdesenvolvidos, ressurgiria uma “tercermundização” que, por sua vez, levaria também a uma revisão dos pactos internacionais e a reações cada vez mais profundas às situações provocadas pela nova dependência e pelo novo imperialismo (SANTOS, 2000, p.152). A periferia do sistema internacional de estados seria assim o centro de uma “globalização constituída de baixo para cima, em que a busca de classificação entre potências deixe de ser uma meta, poderá permitir que as preocupações de ordem social, cultural e moral possam prevalecer” (Ibid).

O processo prévio de desenvolvimento da sociedade urbana no conjunto do planeta, mas em destaque nos países periféricos, seria a condição para que esse mundo de possibilidades pudesse estar posto em meio às contradições que se gestavam nas entranhas da globalização perversa.

3. Estudos sobre a urbanização no Terceiro Mundo

A intensa movimentação geográfica que experimentou em seu exílio⁴ foi também acompanhada de uma profunda produção teórica, na qual já estavam nítidos dois objetivos perseguidos por Milton Santos posteriormente em toda sua obra. Em primeiro lugar, a busca de uma teoria geral que renovasse a geografia, partindo da compreensão das especificidades do subdesenvolvimento. Em segundo lugar, a inserção com centralidade do conceito de espaço no pensamento político e social, especialmente o brasileiro. O fio condutor pelo qual essas duas perspectivas se amalgamaram foram os estudos sobre urbanização. Acompanhava, assim, o que vinha sendo discutido, especialmente a partir das elaborações de Henri Lefebvre no final da década de 1960, ou seja, que a constituição da sociedade urbana traria elementos explicativos mais complexos do que aqueles apoiados na ideia da urbanização como decorrência do processo de industrialização, como parecia ser a regra nos países centrais. Para Santos, tais elementos revelariam-se com muita evidência a partir da análise do urbano nos países subdesenvolvidos.

No início desta trajetória fora do Brasil, o geógrafo baiano teve a oportunidade de estreitar laços e aprofundar estudos que já vinha desenvolvendo com seus interlocutores franceses, a começar pelo seu orientador de doutorado, Jean Tricart, a quem Milton Santos reputa seu contato com o marxismo. Além dele, a experiência francesa também o colocou em contato com Bernard Kayser, Etienne Juillard, Yves Lacoste, Michel Rochefort, Pierre George, Pierre Mombeig, Jacqueline Beaujeu-Garnier, muitos dos quais também seriam expoentes do movimento que viria a se conhecer como “geografia crítica”. No Institut d’Études du Développement Économique et Social (IEDES), dirigido por François Perroux, firmou-se como referência nos estudos do Terceiro Mundo, dando aula para alunos franceses e também do mundo subdesenvolvido, o que o permitiu ter interlocução com pesquisadores da África, da Ásia e da América Latina. Nesse período, afirmou-se como um “terceiro-mundista” (SANTOS et al. 2001, p. 94).

⁴ Neste período, esteve na França, lecionando primeiramente na Universidade de Toulouse (1964 a 1967), posteriormente na Universidade de Bordeaux (1967 e 1968) e finalmente em Paris, tanto na Sorbonne quanto no Institut d’Études du Développement Économique et Social (IEDES, de 1968 a 1971). Depois, foi aos Estados Unidos, onde foi professor no Massachusetts Institute of Technology (de 1971 a 1972). Lecionou na University of Toronto, no Canadá, entre 1972 e 1973, na Universidad Nacional de Ingeniería de Lima, no Peru, em 1973, na Facultad de Ciencias Económicas y Sociales e no Centro de Estudios del Desarrollo da Universidad Central de Venezuela, em 1974, e na University of Dar es Salaam, de 1974 a 1976. Regressou aos Estados Unidos para trabalhar na Columbia University, de 1976 a 1977, ano em que voltou ao Brasil.

Vivendo na França insurrecional da década de 1960 e 1970, o geógrafo brasileiro pôde experimentar um afastamento sistemático da influência do empirismo presente na chamada Geografia Regional francesa que marcara suas publicações anteriores. Tal distanciamento se deu sobretudo a partir de seus estudos sobre a técnica e o tempo implicados nas *modernizações* e do aprofundamento de seu contato com a economia política e o marxismo, mas também com o existencialismo e o estruturalismo. Escrito em Paris em 1968, mas publicado apenas em 1971 na França, *Le métier du géographe en pays sous-développés* lança mão da crítica à geografia tradicional francesa ao passo que estabelece as bases teóricas para a apreensão do espaço como conceito central em sua obra. O geógrafo brasileiro dedicava-se a pensar esta reformulação da disciplina buscando categorias analíticas que superassem a prática usual de transposições de teorias e conceitos voltados a explicar os processos nos países centrais, em especial aquelas que mobilizavam o histórico das formações sociais de industrialização avançada para explicar os distintos processos de urbanização nos países periféricos. *Le métier du géographe en pays sous-développés* funcionaria como importante desdobramento das pesquisas que haviam sido publicadas em *A cidade nos países subdesenvolvidos*, em 1965, onde o autor analisou com minúcia fatores de diferenciação de grandes cidades de países periféricos.

Em um contexto marcado pelos debates sobre desenvolvimento, imperialismo, dependência e marginalidade, Milton Santos foi parte de um intenso diálogo com postulados de diversos interlocutores nas ciências sociais. A partir da rejeição da visão bastante em voga à época de que a modernização industrial seria o destino inexorável de todas as formações sociais - ainda que houvesse desigualdade no desenvolvimento delas -, isto é, a partir da rejeição da lógica dualista em que o subdesenvolvimento seria uma etapa para o desenvolvimento justificada pela existência de um padrão intermediário de países “em desenvolvimento”, Santos acompanhava uma parte importante da intelectualidade brasileira crítica à “razão dualista” (Cf. OLIVEIRA, 2003 [1975]). Para ele, as oposições nas quais acreditavam os dualistas entre desenvolvido/não desenvolvido, eficiência/ineficiência, racionalidade/irracionalidade, modernidade/arcaísmo, teriam um caráter etnocêntrico óbvio.

quando se referem a países subdesenvolvidos, os dualistas crêem (sic) numa oposição entre o setor desenvolvido e o não desenvolvido, um contraste entre um todo coerente de ações eficientes e racionais e um conjunto inarticulado de ações arcaicas, irracionais e ineficientes. (...) O caráter ideológico e etnocêntrico da distinção é óbvio. A noção de racionalidade que se procura aplicar como gabarito às sociedades pré-industriais é um caso típico de arrogância cultural na opinião de Wilkinson (1973, p. 198) (...) Realmente, conforme realçou Godelier (1967, p. 298), não existe apenas uma racionalidade econômica, mas diversas (SANTOS, 2013 [1978], p. 65-66).

O geógrafo coincide, portanto, com autores vinculados à *Teoria da Dependência* como Cardoso e Faletto quando estes afirmavam que o modelo dualista estrutural representava a elaboração de tipologias, modelos ideais para as formações sociais, implicando que “as pautas dos sistemas político, social e econômico dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 19). Por seu turno, tal qual Cardoso e Faletto ao tratar das formações sociais, mas com o viés nos processos de urbanização e da dinâmica da economia urbana, Santos caminharia para uma posição contrária àquela defendida por Cardoso que deslocaria a análise dos processos de dependência do campo das teorias marxistas do modo de produção capitalista para uma teoria da dependência empirista, circunscrita à análise das realidades nacionais concretas (BIANCHI, 2010, p. 191). Desse ponto de vista, tinha também acordo com Ruy Mauro Marini, com quem teve a oportunidade de dialogar em uma conferência em Toronto, em 1972. Ao ser escolhido como comentador da palestra de Marini intitulada *Subimperialismo Brasileiro na América Latina*, Santos concorda com aspectos importantes da elaboração que ficou conhecida como “dialética da

dependência” em particular no que se referia ao papel do Estado, mas também quanto a como a superexploração do trabalho viabilizaria as modernizações da economia por meio da industrialização voltada à exportação (MACHADO, 2017, p. 190). Em sua resposta, *Sub-imperialism as Viewed by a Geographer*, Santos enfrenta a visão dualista entre “países industrializados” *versus* “países subdesenvolvidos” desdobrando a ideia de países “subdesenvolvidos industrializados”, que seriam aqueles marcados por uma industrialização dependente cuja apreensão do nível de dependência demandaria uma análise da complexidade e da importância de suas metrópoles, isto é, do elemento espacial urbano (Ibid, p. 189).

Ao buscar as especificidades da realidade das diversas formações sociais subdesenvolvidas, o geógrafo enxerga, a partir das desigualdades presentes na economia urbana, as contradições que poderiam levar à escala mundial a experiência extrema que teria sido vivida até então como elementos distintivos da periferia (SIMONI-SANTOS, 2017, p. 630). De acordo com Simoni-Santos, referenciado em Paulo Arantes, diferentemente das abordagens como as que foram expressas por Francisco de Oliveira e José de Souza Martins, onde a dialética entre arcaico e moderno, entre legal e ilegal, entre marginalidade e cidadania recorreram frequentemente às contradições do campo, tais desigualdades seriam “notadamente urbanas” e estariam “concentradas nos bairros deserdados das grandes cidades” (Ibid).

De minha parte, acredito que, da mesma maneira que tem sido refutada a existência de um dualismo nos países subdesenvolvidos, deve-se refutar o conceito de dualismo urbano na descrição, análise e interpretação do que ocorre na economia das cidades de países subdesenvolvidos (MCGEE, 1971). Porque assim como, no conjunto de um país, a oposição, mesmo o antagonismo, de situações de desenvolvimento é o produto de uma só e mesma articulação causal, a existência de dois sistemas de fluxo na economia das cidades é o resultado do mesmo grupo de fatores, que, para simplificar, denominaremos modernização tecnológica (SANTOS, 1977a, p. 35, 36).

Fruto do acúmulo das investigações sistemáticas que ganharam corpo no período em que estive na França - como em *Dix essais sur les villes des pays sous-développés* (1970) e *Les villes du Tiers Monde* (1971) - a elaboração da tese da teoria dos circuitos da economia urbana, apresentada em *L'espace partagé*, publicado pela primeira vez em 1975, é um marco nas elaborações teóricas de Santos e uma resposta alternativa aos debates em voga sobre a dependência e o subdesenvolvimento. Segundo o próprio autor, aquela tese aparece como “um verdadeiro e novo paradigma da Geografia Urbana e do planejamento em países subdesenvolvidos” (SANTOS, 1977a, p. 38). A *teoria dos circuitos* baseia-se na ideia de que a economia urbana é formada por um circuito superior (que inclui uma vertente marginal) e um circuito inferior, que não podem ser vistos dissociadamente, mas que se distinguem fundamentalmente pelo uso da tecnologia e pela organização. Enquanto o circuito superior é marcado por uma “tecnologia capital intensivo” onde estariam “bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” -, o circuito inferior apresenta uma tecnologia de “trabalho intensivo”, sendo constituído “por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘à varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 1977a, p. 38 e 39).

Em debate com os dualismos e mesmo com as teorias da dependência, a *teoria dos circuitos urbanos* procurava demonstrar também, de acordo com Leite e Trindade Júnior (2020, p. 50), que “as formas de trabalho usualmente classificadas como “marginais” são integrantes de um circuito econômico que não está apartado dos processos mais gerais de acumulação capitalista”. Concordando com Marini, sugere que as modernizações decorrentes da industrialização para exportação - circuito superior - só se viabilizam porque a força de trabalho superexplorada recorre ao circuito inferior da economia urbana para a reprodução social, demonstrando que ambos os circuitos combinavam-se como

desdobramentos das modernizações no mundo subdesenvolvido. Assim, rompendo com os dualismos e com uma visão economicista, Santos busca na sistematização teórica das especificidades das economias urbanas periféricas, uma resposta dialética e original ao período de transformação que se expressava a olhos vistos nos países centrais sobretudo diante da crise do fordismo e, consequentemente, de suas explicações.

No eixo dos estudos de Santos sobre a especificidade da urbanização periférica, estaria também a gênese da *centralidade da periferia* como projeto *político futuro*. Surgida da análise dos países de Terceiro Mundo, a teoria dos circuitos da economia urbana passaria, mais tarde, a instigar uma diversidade de estudos que incluíam tanto processos históricos da urbanização nos países centrais quanto os que buscariam compreender, a partir dos processos periféricos, os caminhos de superação da urbanização excludente. Como assevera María Laura Silveira (2013, p. 69):

Mas essa desigualdade estrutural da cidade que, aliás, é o que permite continuar asseverando a existência de dois circuitos da economia urbana é também funcional porque, no presente, as divisões territoriais do trabalho são obrigadas a compartilhar o mesmo pedaço do território. A cidade é o reino da práxis compartilhada ou, em outras palavras, a manifestação mais visível do acontecer solidário, isto é, a realização compulsória de tarefas comuns mesmo que o projeto não seja comum (SANTOS, 1996). Poderíamos dizer que o espaço urbano é dividido mas, ao mesmo tempo, compartilhado. Nesse contexto contraditório de pobreza estrutural e novas possibilidades técnicas e políticas, poderíamos vislumbrar algumas formas de resistência espontâneas que, somadas às formas organizadas, podem apontar caminhos para o futuro.

4. Periferias e a categoria Formação Socioespacial

Em seu retorno ao Brasil, em 1977, após as experiências prévias, especialmente as pesquisas em países periféricos onde pôde operacionalizar a teoria dos circuitos, Milton Santos dedicou-se a elaborar não apenas questões empíricas relacionadas às formações sociais periféricas, mas também à própria categoria de formação social. Em fevereiro de 1977, publicou na revista *Antipode* o artigo *Society and Space: social formation as theory and method*⁵. Em contraponto a Cardoso e Faletto, que imaginavam ser possível aplicar o conceito de dependência às particularidades das formações sociais sem que essa explicação estivesse fundamentada nas categorias que constituem a teoria do modo de produção capitalista, Milton Santos encontrou no estudo sistemático da categoria de formação social uma maneira de conectar os resultados das profundas pesquisas que desenvolveu na periferia a uma teoria mais geral⁶.

O artigo seminal de Milton Santos, publicado em 1977, parte da retomada feita por Lênin, a quem Santos atribui a elevação da categoria Formação Econômico-Social (FES) a um lugar central no materialismo histórico, com apoio também em Bagaturia. Santos destaca o papel crucial da FES como unidade e totalidade da vida em sociedade, enfatizando que a análise dessa categoria permite perceber que o modo de produção é apenas uma *possibilidade de realização*, enquanto a FES é a *possibilidade realizada*, a expressão objetiva da totalidade do modo de produção. Essa definição sintética destaca a natureza da diversidade e das especificidades das relações produtivas, econômicas e sociais de uma sociedade em uma época determinada, inseparável do concreto.

⁵ No mesmo ano, o artigo foi publicado em versões traduzidas nos “Cahiers Internationaux de Sociologie” e, posteriormente, no “Boletim Paulista de Geografia”, em junho.

⁶ “Na Tanzânia, eu via o capitalismo entrando lentamente. Foi muito importante, para a elaboração teórica do território, descobrir que um país, com sua história e sua organização geográfica, pode ser ou não um obstáculo, refazendo a história da entrada do capitalismo e distinguindo as formações sociais desse ponto de vista. Talvez daí tenha vindo essa ideia, que desenvolvi depois, da formação socioespacial - sem o espaço não dá para entender a produção do capitalismo” (SANTOS et al. 2001, p. 109).

Milton Santos destaca a relevância do espaço na análise da Formação Econômico-Social (FES), argumentando que “produzir é produzir espaço” (SANTOS, 2002 [1978], p. 202). Ele ressalta que a FES não pode ser concebida sem referência à noção de espaço. A contribuição original e crítica do geógrafo ao pensamento marxista sobre a FES está na percepção da indissociabilidade entre modo de produção, formação econômico-social e espaço. Santos contesta a aplicação mecânica de determinantes teóricas generalizadas, como o padrão de modernizações industriais e o dualismo, nas formações periféricas. Ele destaca a importância de reunir as noções referentes às sociedades e ao espaço na categoria de formação social, e conclui que se trata, na verdade, de *formações sócio-espaciais* (SANTOS, 1977b, p. 93).

Santos, ao observar os movimentos de expansão do capital no final da década de 1970, destacava a influência significativa dos objetos geográficos nos processos acelerados de transformação na sociedade capitalista. Ele fazia referência a Hegel, argumentando que os objetos eram dotados de “conteúdo e finalidade” e, portanto, carregavam uma “forma de intencionalidade”. Para Santos, isso significava que as coisas adquiriram um tipo de poder que nunca antes possuíam (SANTOS, 1979, p. 154). Essa perspectiva ressalta a importância do espaço e dos objetos geográficos como agentes ativos nas dinâmicas sociais e econômicas.

Para ele, as formas apresentavam-se como poderosas ferramentas do capital para penetração nos países subdesenvolvidos em um momento em que, no Sistema Internacional de Estados, viviam-se resistências, polarizações e conflitos políticos de alta intensidade. A ação eficaz na promoção dos interesses capitalistas, a propagação dos “conteúdos” e “finalidades” capitalistas por meio das formas apoiava-se tanto no fato de que seus resultados não seriam imediatamente visíveis quanto na não necessidade de se tocar, a priori, na estrutura socioeconômica dos países receptores. As formas seriam, portanto, o “Novo Cavalo de Tróia” capitalista (SANTOS, 1979, p. 154).

(...) a necessidade de expansão capitalista, comparável em agressividade à expansão do terceiro quartel do século XIX, quando o imperialismo apareceu como solução para as crises econômicas. Agora o volume de capital à procura de investimento é muito maior e o que está em jogo é mais importante econômica e politicamente (...) As formas se tornaram instrumentos ideais para promover a introdução do capital tecnológico estrangeiro numa economia subdesenvolvida e para ajudar o processo de superacumulação, cuja contrapartida é a superexploração. Aqueles países em que isto ocorre têm sua economia distorcida, suas tradições.

Apoiado em Gramsci, para quem “é mais fácil falar acerca do conteúdo do que falar sobre as formas porque o conteúdo pode ser tratado logicamente” (*apud* SANTOS, 1979 [1977], p. 162), Milton Santos critica mais uma vez o empirismo na geografia, onde se interpretaria a “coisa através da própria coisa”, interessando-se mais nas formas do que na formação (SANTOS, 1977b, p. 81). As *formas espaciais*, responsáveis diretas pela efetivação dos projetos políticos de uma sociedade, “atribuem ao conteúdo do novo provável, ainda abstrato, a possibilidade de tornar-se conteúdo novo e real” (Idem, p. 89). Daí que a análise das *formações socioespaciais* permitiria, também, desvendar o “mistério das formas”, enxergando de maneira dialética as modernizações, o desenvolvimento, a mundialização do modo de produção capitalista *nas periferias* não apenas como uma parte subordinada ou derivada de uma espécie de desenvolvimento inelutável, mas também como a própria totalidade do modo de produção, de suas contradições fundamentais, parte do que é *central* para seu desenvolvimento e, portanto, dotado de novas combinações possíveis onde seria possível a afirmação da política, um *novo fator dinâmico da história*.

5. Considerações Finais

O período de exílio de Milton Santos foi acompanhado de uma elaboração que o impulsionou a sair da condição de um intelectual periférico, marcado pelos estudos regionais na Bahia, para a condição de um intelectual que pensava a periferia como elemento fundamental e transformador da totalidade do modo de produção capitalista.

Se é indiscutível a impossibilidade de um intelectual como Santos viver indiferente ao seu contexto, onde chega inclusive a conviver na França com as manifestações de 1968, decifrar os caminhos pelos quais o geógrafo percorre na elaboração de seu pensamento é o grande desafio. Entendemos como úteis a esse esforço os achados que vamos desvelando ao nos aprofundarmos em sua produção daquele período. Se *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo* (1978) funciona como uma espécie de manifesto dentro da inquietude que o autor traz ao debate sobre o pensamento geográfico a respeito da análise do desenvolvimento do mundo periférico, é a partir do mergulho nos estudos urbanos que aparece em *O Espaço Dividido* que Milton Santos desenvolve as bases de sua compreensão sobre os mecanismos pelos quais o modo de produção capitalista se reproduz nos países subdesenvolvidos, sua especificidade e sua centralidade para a compreensão das modernizações e, dentro delas, das relações de dependência e subalternidade em um mundo que já começa a se esboçar “global”. Por sua vez, a elaboração, em profundo diálogo com a teoria marxista, da categoria *formação socioespacial* assenta em definitivo a base teórica que permite, naquele momento, historicizar com maior acuidade o conjunto de trabalhos empíricos que foram frutos de sua pesquisa no exílio. Entende-se que os países periféricos sobre os quais se debruçara eram também, ao contrário do que poderiam sugerir as importações teóricas eurocêntricas e mecanicistas, expressões da totalidade do capitalismo em seu processo de totalização. A periferia poderia assim, também, ser colocada no centro, como um panóptico do tempo histórico que se apresentava.

Por outro lado, os estudos sobre a urbanização no Terceiro Mundo, acompanhados da ideia de formações socioespaciais, não foram apenas os elementos centrais para que as periferias do sistema estivessem integradas em seu movimento histórico no pensamento do geógrafo. Nas elaborações de Santos, elas ajudaram a alicerçar, dentro de sua busca pela inserção do espaço - visto como instância da sociedade - no pensamento social, os principais pilares de sua disputa política, entendendo as periferias e a intelectualidade periférica como o centro dinâmico desta disputa. Após sua volta ao Brasil em 1977 e sua maior presença no debate público do país, tal centralidade começou a ganhar ainda mais evidência em suas produções, ajudando a estruturar sua teoria sobre a globalização associada à perspectiva da superação desse novo paradigma que se estabelecia no início do século.

Entendemos que tal movimento do pensamento político de Milton Santos nos permite observar o que existe em comum e as discontinuidades, levando-se em conta que os estudos apontam que a ideia de centralidade da periferia não tenha sido apresentada antes de 2021 com o relevo que adquiriu posteriormente, quando foi assumida de maneira conclusiva e fundamental no exercício prospectivo do autor sobre o futuro do período histórico chamado de globalização. Bastante autocrítico, Milton Santos nota em diversos momentos de sua trajetória movimentos de mudança e mesmo rupturas. No processo de separar-se do empirismo em um primeiro momento, do “terceiro-mundismo de outro jeito” aplicando as mesmas regras dos países centrais aos periféricos, em outro, ou no momento em que, para ele, a atividade acadêmica estaria mais apartada da cidadania ou do discurso político (Cf. SANTOS et. al. 2001, p. 111, 112), uma série de discontinuidades podem ser identificadas explicitamente e contribuir para uma reconstrução acurada da trajetória de seu pensamento político, afinal “a realidade aparece a cada dia sob um novo aspecto. Ora, desde que a realidade muda, a ideia, o ‘teórico’, devem mudar. O teórico deve seguir a evolução para não se ver diante de um impasse” (SANTOS, 1978, p. 23).

Mais de duas décadas após a publicação de obras nas quais Milton Santos buscava sínteses que permitissem acionar o resultado de sua ampla trajetória acadêmica e política para reforçar a necessidade emergente de outra perspectiva para o mundo globalizado, a abordagem que busca jogar luz em como as periferias ganharam centralidade em sua proposta é reveladora de um debate público fundamental e atual. Pensar na centralidade da periferia como novo fator dinâmico da história segue sendo um desafio para se enfrentar no século XXI, marcado pelo aprofundamento, especialmente em países centrais, das desigualdades, da precariedade e de características que foram marcas indeléveis do desenvolvimento do capitalismo nas formações socioespaciais periféricas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, Alvaro. (2010), “O marxismo fora do lugar”, *Política & Sociedade*, vol. 9: 177-204.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. (1970), “Análise integrada do desenvolvimento”, in F. H. Cardoso; E. Faletto (org.), *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.

FERNANDES, Florestan. (1975), *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.

GRIMM, Flávia. (2011a), “Aspectos da produção teórica e da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 52.

_____. (2011b), *Trajetória epistemológica de Milton Santos: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (1999), *Quinhentos anos de periferia*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Contraponto.

KRIPKA, Rosana Maria; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa. (2015), “Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização”, *Revista de investigaciones UNAD*. vol. 14, nº. 2: 55-73.

LEITE, Gabriel; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Claire. (2020), “Geografias do Sul: descentramento, transescalaridade e espacializações no pensamento miltoniano”, *Geosul*, vol. 35, nº. 76: 39-65.

MACHADO, Thiago. (2017), “Geografia e dependência: o diálogo entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini a partir da teoria do subimperialismo”, *GEOgraphia*, v. 19, nº 40: 185-190.

OLIVEIRA, Francisco. (2003 [1975]), *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.

PEDROSA, Breno. (2018), “O périplo do exílio de Milton Santos e a formação de sua rede de cooperação”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 25, nº 2: 429-448.

SANTOS, Milton. (1965), *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

_____. (1977a), “Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais”, *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 53, p. 35-59, fev.

_____. (1977b), “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”, *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 54: 81-99.

_____. (1978), *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo, Hucitec.

_____. (1979 [1977]), “A totalidade do diabo. Como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais”, in SANTOS, M. (org.), *Economia espacial. Críticas e alternativas*. São Paulo, Hucitec.

_____. (2002 [1978]), *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Edusp.

_____. (2013 [1978]), *Pobreza urbana*. 3. ed. São Paulo, Edusp.

_____. (2004 [1979]), *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo, Edusp.

_____. (2002 [1996]), *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo, Edusp.

_____. (2000), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo, Record.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. (2001), *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record.

SANTOS, Milton. et al. (2001), *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SERENI, Emílio. (1976), “La categoria de “Formacion Economico-Social”, in C. Luporini; E. Sereni (org.), *El concepto de “formación económico-social”*. Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente.

SILVEIRA, María. Laura. (2013), “Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana”, *Associação dos Geógrafos Brasileiros/Ciência Geográfica*, XVII, 1: 63-70.

SIMONI-SANTOS, César. (2017), “Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica”, *Economía, sociedad y territorio, Zinacantepec*, vol. 17, nº 55: 619-646.